

MDA cria comissão para apresentar anteprojetos ao Legislativo

Na abertura dos trabalhos da Comissão de Assuntos Legislativos e Relacionamento com a Assembleia Legislativa de São Paulo, criada pelo Movimento de Defesa da Advocacia (MDA), três temas foram elencados como prioritários: ajustar a legislação administrativa tributária estadual ao novo Código de Processo Civil, fixar normas para a apresentação de licitações e discutir a ampliação do poder de investigação criminal.

A proposta da nova comissão, apresentada na noite desta quinta-feira (28/5), é que os resultados dos debates sirvam de subsídios aos projetos de lei que venham a ser propostos na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Reprodução



Fernando Capez, presidente da Alesp, declarou apoio à nova iniciativa.

“Precisamos aqui na Assembleia de anteprojetos. Nós damos a eles a forma de projetos de leis, mas necessitamos do conhecimento e cultura dos senhores”, disse o presidente da Alesp, deputado estadual **Fernando Capez** (PSDB), na abertura da comissão.

Durante a reunião, foram apresentados os integrantes das quatro coordenadorias criadas e os temas a serem debatidos por cada grupo.

A coordenadoria sobre Processo Administrativo Tributário será conduzida por **Antonio Augusto Silva Pereira de Carvalho**, vice-presidente do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo. O grupo planeja propor mudanças no processo administrativo tributário, com base no novo CPC, com o objetivo de conseguir maior celeridade e uniformização das decisões dos tribunais estaduais.

A ideia é discutir também normas para a apresentação de licitações. Segundo o presidente da comissão, **Eduardo Salusse**, muitos editais hoje deixam de apresentar um projeto executivo detalhado, o que leva a adiamento de obras públicas, onerando os cofres públicos e muitas vezes gerando ineficiência.

Já a coordenadoria sobre organização judiciária e segurança pública, liderada por **Fabio Machado de Almeida Delmanto**

, deverá priorizar no primeiro momento mudanças nos procedimentos investigatórios na área criminal. O assunto, segundo Capez, vem sendo discutido na Câmara dos Deputados, com o objetivo de dar mais poder à legislação estadual sobre o trabalho de investigação criminal.

O grupo de assuntos relacionados ao Direito Tributário será gerido por **Cibele Malvone Toldo**, que deve debater o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e seu aprimoramento. Na coordenação sobre Direito do Consumidor, conduzido por **Thiago Mahfuz Vezzi**, serão discutidos nos primeiros encontros a lei de entrega nas compras pela internet.

“Estamos nos colocando à disposição para servir de intermediador entre a sociedade e Assembleia, municiando os deputados de propostas de anteprojetos para que a Casa tenha a condição de aprimorar os debates e o fortalecimento das leis”, afirmou o presidente da comissão. De acordo com Salusse, os primeiros trabalhos devem ser entregues à Assembleia Legislativa dentro de quatro a seis meses.

Date Created

29/05/2015